

Mudanças climáticas e educação: a experiência “entre parentas” de formação de mulheres indígenas como pesquisadoras do clima

Climate change and education: the experience “in between relatives” of training indigenous women as climate researchers

Alicia Silva Uchôa Correia
Universidade de Brasília
Brasília- Brasil

Alessandro Roberto de Oliveira
Universidade de Brasília
Brasília - Brasil

Resumo

O objetivo deste trabalho é abordar a relação entre mudanças climáticas e educação sob uma perspectiva de gênero. A pesquisa foi realizada entre 2023 e 2024 e envolveu levantamento bibliográfico e documental em bases de dados acadêmicas, combinado com estudo de caso sobre a experiência “entre parentas” desenvolvida pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) destinada à formação de um grupo de mulheres indígenas como pesquisadoras do clima. A partir da educação ambiental crítica, observamos as possibilidades e os limites do diálogo intercultural e intercientífico. Os resultados revelam uma produção incipiente sobre mulheres indígenas e mudanças climáticas, por outro lado, o estudo de caso apresenta uma iniciativa educacional inovadora em termos metodológicos e políticos.

Palavras-chave: Educação ambiental; Mudanças climáticas; Intercientificidade.

Abstract

The aim of this work is to address the relationship between climate change and education from a gender perspective. The research was carried out between 2023 and 2024 and involved a bibliographic and documentary survey of academic databases, combined with a case study of the “in between relatives” experience developed by the International Institute of Education of Brazil (IEB) to train a group of indigenous women as climate researchers. Based on critical environmental education, we looked at the possibilities and limits of intercultural and interscientific dialog. The results reveal an incipient production on indigenous women and climate change; on the other hand, the case study presents an innovative educational initiative in methodological and political terms.

Keywords: Environmental education; Climate change; Intercientificity.

Introdução

As mudanças climáticas já não são um assunto para o futuro. Cada vez mais vivenciamos as consequências catastróficas dessas alterações do clima em todo o planeta. Nas últimas décadas, o assunto tem sido tema de dezenas de conferências internacionais no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), em que se discutem suas causas, impactos, acordos, planos e ações que visam a frear seus avanços, embora a situação siga se agravando. Na esfera pública os termos para designar o que vivemos também segue mudando, crise, emergência e, ainda, aqueles que já preferem nomear como colapso climático a era em que estamos vivendo.

Ao nos aproximarmos do tema, é importante demarcar que esse é um fenômeno sistêmico-global, mas que impacta os seres vivos e as sociedades humanas de maneiras diferentes. No capitalismo globalizado em que vivemos, determinados grupos estão mais vulneráveis às consequências dessas mudanças que outros. Países ricos do norte global, por exemplo, têm mais responsabilidades sobre as causas do problema e mais condições de lidar com seus impactos que os países em desenvolvimento do sul global. Dentro dessas diferentes sociedades nacionais, os reflexos das mudanças climáticas também são vividos de modos distintos pelos diferentes segmentos sociais.

Desde 1995 a ONU realiza reuniões conhecidas como Conferência das Partes (COP) sobre a mudança do clima. Em sua sétima edição, realizada em Marrakesh, Marrocos, em 2001, reconheceu-se pela primeira vez que as mudanças climáticas agravam as desigualdades de gênero. De acordo com um relatório divulgado em 2009 pelo Fundo para População das Nações Unidas (UNFPA), as mulheres contribuem menos que os homens para esse cenário, porém, são mais afetadas quando a questão é a sobrevivência às condições climáticas extremas (Pena, 2022). No Acordo de Cancun, pactuado na COP 16 em 2010, a igualdade de gênero na tomada de decisões frente às mudanças climáticas foi reconhecida formalmente (Vianna, 2023). Embora a ONU atue para que as mulheres tenham mais voz nesse debate, a participação feminina nas decisões ainda é menor que a dos homens. O relatório de composição de gênero apresentado na COP 27 mostrou que as mulheres representaram apenas 37% das delegações mundiais e detiveram apenas 29% do tempo de fala na conferência (Munhoz; Goulart; Santos, 2021).

Diante deste quadro, o objetivo deste trabalho é abordar o tema mudanças climáticas na sua interface com a educação sob uma perspectiva de gênero. A pesquisa foi realizada entre 2023 e 2024 e envolveu a combinação de dois procedimentos metodológicos. Primeiro foi realizado um levantamento bibliográfico e documental em bases de dados acadêmicas, para avaliar a produção de conhecimento sobre povos indígenas e mudanças climáticas sob a perspectiva de gênero.

No segundo momento da pesquisa, foi realizado estudo de caso sobre uma experiência formativa da qual participam 28 mulheres das etnias Apurinã, Tikuna, Mura, Jiahui, Parintintim, Paumari, Tenharim, Uru Eu Wau Wau e Juma, que vivem na região do sul do Amazonas, como pesquisadoras do clima. Esta formação é conduzida pelo Instituto de Educação do Brasil (IEB), uma organização da sociedade civil brasileira que trabalha com educação socioambiental a partir das demandas de organizações indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais no país há mais de 20 anos. Esse trabalho formativo começou em 2021, dentro de um projeto articulado pelas organizações indígenas da região e uma rede de parceiros nacionais e internacionais que visa a compreender localmente os efeitos das mudanças climáticas e construir estratégias de monitoramento e enfrentamento dessas alterações em seus territórios e que, atualmente, está em fase de planejamento para os próximos anos.

Essa iniciativa nos chamou atenção como processo educacional, pois o projeto se concentra na formação dessas mulheres como pesquisadoras capazes de estabelecer relações entre seus conhecimentos tradicionais e o problema das mudanças do clima em uma perspectiva comprometida em gerar mudanças concretas para suas comunidades. O foco do estudo de caso, portanto, não foram os universos culturais específicos das participantes, mas o processo formativo gerenciado pelo IEB, com foco nos seus princípios pedagógicos, na estrutura, realização e nos resultados gerados até o momento da nossa investigação.

Reconhecendo que as mulheres indígenas têm conhecimentos próprios das dinâmicas socioecológicas em seus territórios e, portanto, dos impactos das mudanças climáticas sobre seus ambientes, pretendemos contribuir com a discussão sobre mudanças climáticas, educação e gênero do ponto de vista da justiça socioambiental, mas também do ponto de vista da justiça cognitiva (Santos, 2007), compreendida como justiça para os saberes subalternizados pelas políticas do conhecimento científico moderno. Significa, nesse caso,

romper com a baixa visibilidade de mulheres indígenas no campo da produção de conhecimentos sobre o tema. Embora já exista uma literatura acadêmica sobre povos indígenas e mudanças climáticas, ainda são poucos os trabalhos que tratam especificamente da relação entre mulheres indígenas e o clima. Logo, este artigo pretende contribuir para que essa lacuna venha a ser coberta por mais estudos sobre o lugar e o papel de mulheres indígenas e de seus conhecimentos diante dos novos cenários climáticos.

Entendemos que a educação tem um papel central nesse processo, pois a circulação desses saberes é potencializada pelo processo formativo no qual essas mulheres aprendem a sistematizar seus conhecimentos tradicionais e de seus povos por meio da pesquisa, o que lhes permite efetuar traduções sobre temas como as mudanças climáticas para dentro e para fora de suas culturas. Nesse sentido, acompanhamos esse processo sob a perspectiva de uma educação ambiental crítica (Jacobi *et al.*, 2011; Tamaio, 2013; Lima; Layrargues, 2014). Nessa chave de interpretação, observamos as possibilidades e limites do diálogo intercultural (Walsh, 2009) e intercientífico (Little, 2010) com atenção às relações que geram esses processos formativos dentro da agenda climática.

Povos indígenas e mudanças climáticas

Os povos indígenas vivem uma dupla relação com a questão das mudanças climáticas. Por um lado, são mais sensíveis ao problema, porque seus modos de vida estão fundamentalmente vinculados aos ciclos ecológicos em seus territórios. Por outro lado, e pela mesma razão, esses povos desenvolveram sistemas de conhecimentos ecológicos refinados que os colocam em uma posição de vanguarda nas discussões sobre adaptação.¹

Existe uma diferença fundamental na relação dos povos indígenas com seus ambientes e a lógica capitalista hegemônica no mundo, baseada na exploração desenfreada dos recursos naturais da Terra, que configura o que o xamã Davi Kopenawa denomina de sociedade da mercadoria (Kopenawa; Albert, 2015). Como diversos estudos têm argumentado, essa disparidade não se reduz a “diferenças culturais” de relação humana com a “natureza”. Essas diferenças são ontológicas e nos mundos indígenas encontramos ontologias relacionais, nas quais paisagens, animais e vegetais, entes minerais e espirituais não são vistos como objetos, mas como sujeitos, compondo uma teia de inter-relações. Essas relações moldam a realidade em termos de uma ontologia política em que todos os seus participantes são dotados de vitalidade, de importância, e devem ser respeitados em

negociações permanentes para que a vida possa continuar a existir (Escobar, 2016). Esses povos também são detentores de ciências milenarmente construídas através de métodos próprios de observação e interpretação da natureza, e já vem identificando sinais e efeitos das mudanças climáticas para seus territórios e modos de viver (Vale; Oliveira, 2014; Mesquita, 2015; Oliveira, 2020; Melo; Silva; Santos Filho, 2022).

Encontrar formas de lidar com o problema do clima a partir de diálogos entre os conhecimentos indígenas e as ciências modernas configuram um desafio intercultural, pois historicamente essas relações sempre foram assimétricas e marcadas pelo colonialismo. Esforços nessa direção estão sendo desenvolvidos em diferentes espaços. Em março de 2024 ocorreu o “I Encontro Internacional de Ciência Indígena e Justiça Climática entre Aldeia e Universidade”, no auditório do CNPq em Brasília. O objetivo do encontro foi discutir os conhecimentos indígenas enquanto ciências, e como podem se fazer presentes e considerados nas discussões sobre mudanças e justiça climáticas, dentro e fora dos territórios. As posições sobre a “ciência indígena” foram variadas, mas todas reconheceram que esse conhecimento não é considerado ciência por não se encaixar nos padrões da ciência ocidental. Alguns expositores indígenas defenderam a sistematização dessa ciência em novos moldes, sem referência ao modelo da ciência ocidental, historicamente colonizadora. Já outros expositores, como Ailton Krenak, defenderam a necessidade de uma linguagem mais universal para a ciência indígena, de forma que ela possa ser mais acessível aos não-indígenas, e assim expandi-la. Para Krenak, os cientistas indígenas precisam traduzir suas ciências para a linguagem científica contemporânea, pois só assim a população mundial poderá acessar as ciências indígenas. Esses dois posicionamentos colocam em perspectiva até onde a pesquisadora indígena pode/deve se apropriar dos modelos de conhecimento não-indígena, e até onde ela deve preservar as estruturas próprias de suas ciências indígenas. Um ponto em comum nesse debate é necessidade de respeitar seus territórios, para que o espaço de fazer essa ciência seja mantido.

Os debates ocorridos nesse evento exemplificam bem a complexidade das relações intercientíficas. Quando refletimos sobre essas questões introduzindo uma dimensão de gênero, o debate sobre a produção das ciências indígenas torna-se ainda mais complexo, pois as relações das mulheres com seus territórios apresentam perspectivas teóricas e políticas

próprias no seio de suas comunidades epistêmicas. Na próxima seção nos aproximamos de uma perspectiva do feminismo comunitário indígena que contextualiza essa posição.

Corpos-territórios: perspectivas das mulheres indígenas

No cenário latino-americano recente temos encontrado perspectivas político teóricas desenvolvidas por mulheres indígenas sobre as relações entre gênero e território que são fundamentais para tematizar a justiça cognitiva. Silva (2023), por exemplo, traça paralelos entre os papéis das mulheres e da terra. Na sua leitura, essa relação é de interdependência, a mulher depende da terra para nutrir seu lar e a terra também precisa do cuidado das mulheres para estar saudável, gerando vida e nutrição para os diferentes seres vivos que a habitam. Essa relação simbiótica entre as mulheres e a terra permite reconhecer uma ontologia do feminino além das funções fisiológicas da mulher ou produtivas da terra. Isso não significa argumentar uma superioridade de gênero, nem reduzir o feminino às capacidades fisiológicas do seu corpo de procriar (Silva, 2023), mas reconhecer uma diferença sensível entre modos de estar no mundo e conhecê-lo, que será decisiva para o presente e o futuro. Partindo desse princípio ontológico, vemos surgir diferentes expressões de feminismos comunitários nascidos dentro de territórios indígenas no continente americano. Esses movimentos representam resistência e luta nesse cenário frágil em que se encontra o planeta, intensificado pelo capitalismo extrativista e pelo patriarcado que domina e explora o feminino de diversas formas.

A ideia de corpo-território, por exemplo, é um fundamento compartilhado por mulheres indígenas de diferentes povos. “Meu corpo, meu primeiro território a defender” nasceu como esboço inicial do movimento feminista comunitário latino-americano que tem Lorena Cabnal, mulher indígena e feminista comunitária do povo maya xinka, da Guatemala, uma de suas principais referências. Cabnal ressalta a ação das mulheres pela defesa de seus territórios e de seus corpos diante das opressões que sofrem nesses dois domínios (Chaves, 2021; Korol; Flores, 2022). Essa liderança maya xinka também traz à tona a questão do patriarcado ancestral originário, como um dos problemas que levam à necessidade de um movimento feminista interno territorialmente, pois este patriarcado tem sua própria temporalidade e contextos de manifestação. O patriarcado ancestral originário remonta há 10.000 anos, o que demonstra que o colonialismo e seus desdobramentos não são os únicos

problemas que a mulher indígena enfrenta, mesmo que os tenham potencializado (Korol; Flores, 2022).

Contra essas opressões, a noção de corpo-território, articula corpo e coletivo como uma “[...] continuidade política, produtiva e epistêmica. Implica a impossibilidade de recortar ou isolar o corpo individual de um corpo coletivo, e o próprio corpo humano do território e da paisagem” (Chaves, 2021, p. 54). É através desse corpo-território que suas ancestralidades, ciências, identidades coletivas e individuais estão presentes e são mantidas. Nesses termos, a luta dessas mulheres é interna e externa, contra o capitalismo de fora, e contra o patriarcado de dentro (Baniwa, 2018).

No Brasil, as mulheres estão presentes nas lutas do movimento indígena organizado desde o início. A partir da década de 1990, elas começaram a organizar departamentos dentro das organizações indígenas e articulações próprias no âmbito nacional e internacional, combinando a defesa de direitos próprios de gênero e as lutas de seus povos em diferentes contextos interétnicos (Miranda; Barroso, 2023). Nesse movimento, em 2019 foi realizada a 1ª Marcha Nacional das Mulheres Indígenas em Brasília. Os pontos principais de luta destacados nesse movimento foram a garantia da demarcação das terras indígenas e a defesa desses territórios contra os diferentes tipos de exploração, como a mineração e as monoculturas, típicas do capitalismo predatório.

Nos parece que é nesse sentido que “corpo-território” se torna uma categoria de luta político-epistêmica pelas formas tradicionais de existência das mulheres e povos indígenas. Em síntese, notamos que esse conceito tem orientado o movimento de mulheres indígenas na América Latina e no Brasil em uma perspectiva diferente dos movimentos feministas modernos. A luta pelo corpo-território vai além da emancipação do corpo feminino, denuncia e traz reflexões acerca da relação capitalista de exploração da terra, já que o corpo feminino e o território estão interligados e enfrentam em conjunto sua exploração. O conceito de corpo-território, portanto, condensa natureza e política, e afronta a ilusão de liberdade do sistema capitalista (Chaves, 2021). Como defende Lorena Cabnal, o feminismo comunitário extrapola a emancipação feminina, beneficiando toda a comunidade e beneficia todo o planeta por meio da defesa da natureza (Korol; Flores, 2022).

Percurso metodológico

A partir dessa aproximação das relações entre povos indígenas e mudanças climáticas e as perspectivas teórico-políticas das mulheres indígenas, o percurso metodológico foi composto de dois procedimentos: levantamento bibliográfico e estudo de caso. Este trabalho foi dividido em três etapas. A primeira fase foi desenvolvida em caráter exploratório, na qual procuramos saber qual o escopo da literatura acadêmica dedicada às relações entre povos indígenas e mudanças climáticas em uma perspectiva de gênero e/ou de mulheres indígenas. Estabelecemos como critério o intervalo de cinco anos entre 2018 e 2023, quando começamos a pesquisa, e realizamos as buscas nas seguintes plataformas: periódicos CAPES, SciELO e Google Acadêmico. Neste trabalho de levantamento bibliográfico, utilizamos os seguintes termos de busca: mulheres indígenas, mulher indígena, mudanças climáticas, meio ambiente, gênero, indígenas e clima, utilizando a técnica de operadores booleanos.² O filtro do idioma português foi usado nas três plataformas e na plataforma SciELO o filtro de “coleções: Brasil” também foi utilizado.

A segunda etapa da pesquisa consistiu na realização de um estudo de caso sobre a experiência de formação de mulheres indígenas como pesquisadoras do clima desenvolvida pelo IEB. Segundo Yin (2001) o estudo de caso é um tipo de investigação empírica que pretende abordar um fenômeno contemporâneo em um contexto específico. Trata-se de um método de pesquisa que utiliza dados qualitativos com o objetivo de compreender em profundidade uma determinada experiência e, a partir da sua descrição, pode gerar conhecimento sobre o fenômeno estudado. Esta estratégia nos pareceu adequada em razão da singularidade da experiência desenvolvida pelo IEB. O fato de ser uma iniciativa integralmente centrada nas mulheres indígenas faz desse processo um caso inovador no quadro mais geral mapeado na literatura.

Para realizar esse estudo tivemos acesso a alguns documentos de trabalho sobre o processo formativo produzidos pelo IEB e realizamos uma entrevista semiestruturada com a coordenadora do processo dentro da instituição. A partir da análise dos documentos, a entrevista foi estruturada em três tópicos: 1) a concepção pedagógica do IEB; 2) a especificidade da metodologia no projeto “entre parentas”; 3) a história da experiência do ponto de vista da organização pedagógica e a relação intercultural³.

Por fim, a terceira etapa da pesquisa consistiu na interpretação dos dados reunidos ao longo desse percurso. Esse componente de análise foi desenvolvido à luz de uma educação ambiental crítica e dos feminismos comunitários tecidos por mulheres indígenas no cenário contemporâneo. Deste ângulo, apresentamos algumas observações sobre possibilidades e limites do diálogo intercultural, como postula Walsh (2009) para além das relações entre culturas, mas como interculturalidade crítica que busca desestabilizar a colonialidade do saber. Nesse sentido, abordamos essas relações no marco da intercientificidade, compreendida como um campo de relações entre diferentes sistemas científicos, que envolve tanto os planos epistemológicos e metodológicos como a dimensão prática das interações entre essas ciências (Little, 2010).

Ao realizar a primeira etapa da pesquisa nos deparamos com um resultado surpreendente.⁴ Embora exista uma literatura sobre povos indígenas e mudanças climáticas no Brasil, os dados sobre a combinação que mais nos interessava, “mulheres indígenas” e “mudanças climáticas”, se mostraram incipientes. No final de 2023, encontramos os seguintes resultados: Periódicos CAPES com 7 resultados, 3 em português; SciELO com apenas 1 resultado, em português e de origem no Brasil. Apesar de o Google Acadêmico apresentar um número expressivo com 14.800 resultados, a leitura de títulos e resumos dos trabalhos com ao menos uma citação nos mostrou que os termos de busca apareciam relacionados a outros temas como pandemia, percepções gerais de povos indígenas sobre mudanças climáticas, em recortes e cenários diversos, tanto nacional como internacional. Esses dados nos mostraram, portanto, que ainda é incipiente o número de trabalhos acadêmicos focados especificamente nas relações entre mulheres indígenas e mudanças climáticas.

Na próxima seção apresentamos uma descrição da experiência desenvolvida pelo IEB denominada “Entre Parentas” como um caso particular de formação de pesquisadoras indígenas. Acreditamos que essa iniciativa em curso tem o potencial de alterar esse cenário de desequilíbrio de gênero na produção de conhecimento e na discussão pública sobre mudanças climáticas em diferentes escalas.

A experiência “Entre Parentas” de formação de mulheres indígenas como pesquisadoras do clima

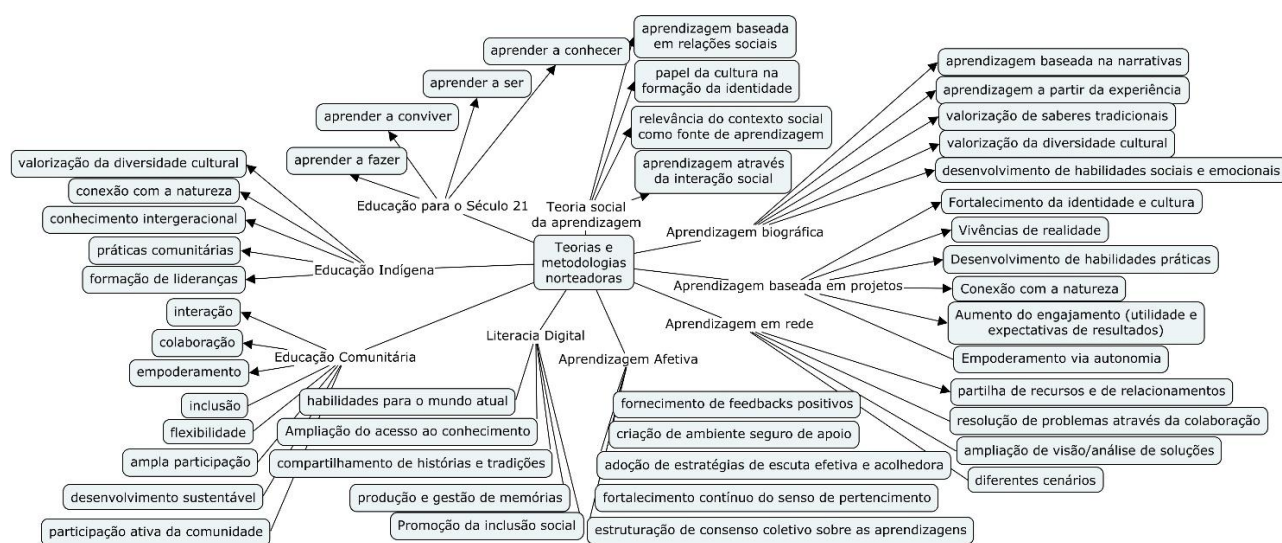
O “Entre Parentas” é uma iniciativa de formação específica para mulheres indígenas que surgiu como parte do projeto “Nossa Terra II: Gestão Territorial Indígena no Sul do

Amazonas” em 2021.⁵ O programa nasceu do desejo das participantes desse projeto de criar uma rede de trocas entre si e de fortalecer o papel dessas mulheres nas economias indígenas do Sul do Amazonas (SulAM). A formação contempla atualmente 28 mulheres das etnias Apurinã, Tikuna, Mura, Jiahui, Parintintim, Paumari, Tenharim, Uru Eu Wau Wau e Juma (IEB, 2021). Nesta seção apresentamos uma descrição deste processo com olhar centrado nas suas características educacionais, apresentando desde a concepção da proposta pedagógica até a estruturação curricular dos módulos, seus princípios metodológicos, sua execução e resultados.

Para construir o “Entre Parentas”, a equipe do IEB se deparou com vários desafios como a falta de experiência em trabalhar uma formação com o foco em mulheres indígenas e a resistência de organizações indígenas e do indigenismo em geral em oferecer uma formação específica de gênero para mulheres indígenas. No meio indigenista, havia o receio de essa proposta levar uma ideologia feminista “branca” para essas mulheres. Para superar essas incertezas, foram realizados ciclos de conversatórios incluindo instituições e especialistas com experiência na questão de gênero e foi formado um comitê pedagógico preparado para trabalhar com foco no protagonismo de mulheres indígenas. Outra estratégia foi fortalecer a atuação em rede com a presença do Núcleo do GT de Gênero e Clima do Observatório do Clima.⁶ Se estabeleceu uma agenda de diálogos informativos com as organizações indígenas da região para ressaltar a importância da questão de gênero e o IEB também realizou uma formação interna sobre questões de gênero, equidade e inclusão. Dessa forma, o programa “Entre Parentas” buscou fundamento em um feminino seguro, afetivo, constante, atento e responsivo, focando na valorização do papel das mulheres na gestão de seus territórios.

Do ponto de vista pedagógico, o processo formativo foi baseado em um conjunto de princípios e metodologias sintetizadas no mapa conceitual abaixo:

Figura 1 - Metodologia Entre - síntese gráfica.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações do IEB, 2025.

A partir desses princípios, o programa foi estruturado em cinco módulos. O percurso foi dividido em duas etapas, a primeira focada na preparação e no empoderamento das participantes em suas comunidades e nas economias indígenas do SulAM, compreendendo o módulo introdutório e os primeiros três módulos formativos. A segunda etapa foi destinada à formação das mulheres como pesquisadoras do clima, na qual foram realizados mais um módulo e a pesquisa. Em função do objetivo da nossa pesquisa, na próxima seção vamos concentrar nossa atenção à segunda etapa desse processo. Todavia, deve-se registrar a importância da primeira etapa para a construção de um ambiente acolhedor e afetivo para todas as participantes. Isso possibilitou uma estrutura de trabalho em rede de afetos baseada em empoderamento, admiração, amizade, gratidão, crescimento e reconhecimento.

O programa formativo – Parentas no clima

A segunda etapa do programa teve início com o Módulo 4 – Parentas no Clima (mulheres indígenas e mudanças climáticas). Neste momento surgiu a proposta de atuação das parentas como pesquisadoras, com o objetivo de monitorar os efeitos das mudanças climáticas nos territórios a partir de um olhar cotidiano das mulheres, além de dar visibilidade às soluções que elas vêm desenvolvendo em seus territórios diante desses cenários. Este foi o primeiro módulo presencial do programa e ocorreu em Porto Velho, RO, entre 1 e 5 de agosto de 2022. O primeiro dia, de temática “Acolhimento e Abertura – Nós, Nossa Trajetória, e Nossa Potência”, foi focado no acolhimento das parentas, elas puderam retornar ao mapa

Mudanças climáticas e educação: a experiência “entre parentas” de formação de mulheres indígenas como pesquisadoras do clima

de afetos e refazê-lo fisicamente, se apresentar em pessoa, refletir sobre suas jornadas – passado, presente e futuro –, e se reconhecer como rede no enfrentamento às mudanças climáticas.

O segundo dia teve como temática “Mudanças Climáticas, Povos, Territórios e Mulheres Indígenas” e foi marcado por discussões acerca das mudanças climáticas e seus impactos nos territórios das participantes através de uma oficina de construção de calendários sazonais das regiões/territórios. Essa dinâmica foi facilitada pela liderança indígena e gestora ambiental Sinéia do Vale, do povo Wapichana, reconhecida internacionalmente na agenda de povos indígenas e mudanças climáticas.

O terceiro e quarto dias “Pesquisa, Parenta!” foram dedicados à construção das ações preliminares de pesquisa. As atividades pactuadas priorizaram o ver/olhar além das aparências; escutar/ouvir quem tem experiência, juntamente com o falar, gerando a troca de conhecimentos; o registrar, através de fotos, mapas e cadernos de campo; e o organizar, para que os dados pudessem ser compartilhados. Nestes dias também foram elaborados planos de trabalho para as investigações. O quinto e último dia, “Estamos aqui, Estamos prontas”, tratou de uma reflexão inicial em rede, levantando questões como “quais soluções já existem?”, “como trazer visibilidade às soluções que enxergam?”. Para encerrar, houve uma avaliação coletiva sobre o desenvolvimento do módulo.

Durante todas as noites também ocorreram atividades diversas como: oficinas de pintura com jenipapo, contação de história, oficina de cestaria, cozinha coletiva e para fechar o módulo houve uma confraternização com uma feira de artesanatos. O objetivo dessas atividades não era instrumental, era criar laços e afetos entre todas as integrantes da formação. Esse componente fortaleceu a ideia de uma formação significativa em sintonia com o desejo e as expectativas de atuação dessas mulheres.

Após o módulo 4, as participantes implementaram seus projetos de pesquisas nos territórios com apoio de uma bolsa de pesquisa do IEB. Como resultado foram produzidos 23 relatórios vindos de 16 aldeias diferentes. Segundo relatos das pesquisadoras, houve uma ampla participação das comunidades no apoio às pesquisas. As pesquisadoras ouviram opiniões, ideias e histórias, e foram ouvidas com atenção pelos participantes das pesquisas. Elas também relataram as dificuldades que enfrentaram durante o percurso, como expor detalhadamente o processo da pesquisa; explicar o tema para a comunidade; dificuldades de

logística com internet e transporte, e em reunir a comunidade, especialmente com as lideranças homens.

Como resultado dos relatórios, foram produzidos dois documentos que sintetizaram os conhecimentos no módulo 4. Um intitulado “Efeitos das mudanças climáticas”, que apresenta a situação atual dos territórios, e o outro intitulado “Mulheres que fazem a diferença no território”, que trata das soluções registradas pelas pesquisadoras e de propostas delas para o enfrentamento das mudanças climáticas em seus territórios.

As percepções dos efeitos foram sistematizadas em oito categorias: rios e igarapés, pesca, plantio/roçado, alimentação, geração de renda, cultura, saúde e bem-estar nas aldeias. As soluções foram categorizadas em 11 frentes de ação: troca de sementes/alimentos, preservação e manejo dos lagos, importância dos plantios, manejo do ambiente + orientação aos jovens e crianças, orientação e incidência política em torno, roçados e reflorestamento, fornecimento de merenda escolar, horta medicinal/medicina tradicional, artesanatos, troca de informação e transmissão de conhecimentos, envolvimento comunitário.

Na entrevista realizada com a antropóloga Sara Gaia, coordenadora da iniciativa pelo IEB, ela traz uma reflexão sobre o processo do ponto de vista das relações intercientíficas e interculturais:

Para mim ainda é um desafio meio nebuloso essa coisa da intercientificidade. Eu acho que é muito difícil a gente ter uma relação de fato horizontal entre esses conhecimentos, especialmente se a gente que chega propondo. Mas eu acho que isso precisa ser encarado. E eu acho que isso pode ensinar muito mais para a gente do que para elas. Na verdade, o que eu estou entendendo é que a gente está se desdobrando para receber e organizar para a gente (...) eu acho que a gente está fazendo um movimento reverse, que é traduzir de fato o que está dentro delas, organizar de um jeito que a gente consiga entender, porque quem está precisando de fato aprender somos nós. Eu vejo a gente menos fermentando essas mulheres e mais se esforçando para fazer esse diálogo com uma outra perspectiva.

Em que pese os desafios e limites da tradução, esse movimento de realizar o diálogo intercientífico em uma outra perspectiva tem se revelado uma oportunidade da rede de se fortalecer, evidenciar a capacidade e o valor do engajamento das mulheres na gestão de seus territórios, agora munidas de habilidades de diagnosticar problemas e propor soluções. Isso traz visibilidade para a questão de gênero e mudanças climáticas dentro do contexto indígena

Mudanças climáticas e educação: a experiência “entre parentas” de formação de mulheres indígenas como pesquisadoras do clima

e do empoderamento feminino sobre o assunto, abrindo espaço para as mulheres dentro de suas comunidades. Como observa a antropóloga:

eu vejo semente quando olho para essas mulheres. Acho que são 28 sementes muito potentes que vão virar outras agroflorestas. Assim porque elas vão puxando as meninas mais novas, elas vão valorizando as minas mais velhas. Elas começam a tomar outros lugares de fala.

O “Parentas no Clima” também gerou afetos, o desenvolvimento da pesquisa trouxe satisfação, segurança e esperança. Assim, mais mulheres se sentiram confiantes de tomar frente em outras ações. Um dos produtos das pesquisas do módulo “Parentas no Clima” foi veiculado através da campanha “Estamos Aqui. Estamos Prontas” e teve como objetivo a divulgação do trabalho de suas pesquisas para suas comunidades, para as instituições parceiras e para o público da COP 22, na qual representantes do IEB apresentaram a experiência para a audiência internacional. A ideia da divulgação dessa campanha foi mostrar como as mulheres indígenas estão sendo mais afetadas pelas mudanças climáticas que outros grupos sociais e por isso são profundas conhecedoras da realidade das mudanças climáticas e de como combatê-las.

Em 2023, na III Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, em Brasília, a delegação as pesquisadoras do “Entre Parentas” também publicaram uma carta em defesa do Bem-Viver, da diversidade e da vida no planeta. Nesta carta, as mulheres enfatizam seu protagonismo a frente de ações sustentáveis e apresentaram demandas estratégicas como apoio à formação continuada de mulheres em diferentes áreas, às atividades produtivas e o fortalecimento da rede na proposição de soluções para as mudanças climáticas e apoio para incidência política nos espaços de decisão das pautas que afetam suas vidas (IEB, 2023).

Depois de um intervalo entre projetos de apoio, atualmente o programa se encaminha para o quinto módulo, que tem como objetivo consolidar a rede de pesquisadoras do clima do SulAM e o monitoramento dos efeitos das mudanças climáticas nos territórios, de forma que as comunidades indígenas se mantenham informadas sobre esses efeitos e elaborem de maneira participativa planos de enfrentamento e sistematização de soluções.

Considerações finais

Neste artigo buscamos abordar a questão das mudanças climáticas na sua interface com a educação, com ênfase na dimensão de gênero. Para abordar esse tema combinamos

pesquisa bibliográfica e documental com a realização de um estudo de caso sobre a experiência da formação “Entre Parentas” oferecida pelo IEB e parceiros na região do SulAM para um grupo de mulheres pertencentes aos povos Apurinã, Tikuna, Mura, Jiahui, Parintintim, Paumari, Tenharim, Uru Eu Wau Wau e Juma. O “Entre Parentas” tornou-se o foco dessa pesquisa por se tratar de uma formação de pesquisadoras indígenas do clima, que tem possibilitado a construção de uma rede e a sistematização de conhecimentos sobre o tema, no sentido de promover traduções para dentro e para fora das diferentes culturas dessas mulheres.

Mesmo que o papel dos povos indígenas na preservação do meio ambiente seja reconhecido nos cenários nacional e internacional, nos estudos produzidos sobre as ciências indígenas – tanto os acadêmicos como aqueles vindos das organizações indígenas e da sociedade civil –, o espaço para as narrativas femininas ainda é pequeno. Esse contexto demonstra que a luta das mulheres indígenas pela conservação da natureza vai além do combate às mudanças climáticas. Do ponto de vista político-epistêmico, essa luta pode ser compreendida pela síntese da ideia de corpo-território como domínios indissociáveis na configuração de uma ontologia política do feminino. Categoria que orienta o enfrentamento a um conjunto de problemas relacionados ao sistema capitalista explorador da terra e as várias formas de patriarcados que oprimem a mulher.

Neste cenário, o programa “Entre Parentas” surge com uma proposta inovadora, voltada para o protagonismo das mulheres indígenas. Essa formação vem propondo uma metodologia baseada na escuta e no afeto entre as pessoas da instituição e as participantes. A formação das mulheres como pesquisadoras do clima já apresenta alguns resultados políticos, como o fortalecimento do papel das mulheres dentro de suas comunidades; epistêmicos, ao desenvolver sistematizações dos conhecimentos tradicionais sobre os efeitos das mudanças climáticas a partir da valorização da ótica dessas mulheres e de seus cotidianos; e educativos, na medida em que essas pesquisadoras também passaram a desenvolver atividades de sensibilização e conscientização sobre o tema dentro e fora de suas aldeias.

Esse processo pode ser lido a partir do entrelaçamento da educação ambiental crítica e emancipatória e do movimento por justiça climática na interface com os feminismos comunitários indígenas. Nesse sentido, Jacobi *et al.* (2011) já apontavam para a necessidade de encontrar alternativas pedagógicas e metodológicas de aprendizagem para abordar as

Mudanças climáticas e educação: a experiência “entre parentas” de formação de mulheres indígenas como pesquisadoras do clima

mudanças climáticas que não caiam nem no catastrofismo e nem em uma visão simplista de um fenômeno complexo.

Uma abordagem da educação ambiental crítica envolveria necessariamente a reflexão e ação na busca de soluções diante do problema. Entretanto, como observa Tamaio (2013), em muitos projetos educacionais sobre o assunto, predominam uma abordagem tecnicista, abstrata e difícil sobre o clima, distanciada do dia a dia das pessoas. Um dos caminhos metodológicos que esse autor sinalizava há pouco mais de uma década era o trabalho pedagógico com as “mudanças climáticas” como tema gerador, criando a oportunidade de construir olhares que não sejam reféns da visão cientificista. Ainda segundo esse autor, a configuração de processos formativos tem um papel importante na medida em que permitem que diferentes públicos, dentre eles, povos indígenas, possam compreender o assunto em sua complexidade, que envolve as posições da ciência do clima, o histórico de negociações em âmbitos como as COPs, os interesses geopolíticos em jogo, assim como as principais causas do problema e as políticas públicas disponíveis para enfrentar a questão. Os processos formativos devem promover a reflexão crítica e a negociação de significados em sintonia com a vida cotidiana, fomentando a pesquisa e os processos de mobilização e intervenção na realidade. A crise climática envolve diferentes elementos, obstáculos políticos, a produção de conhecimento em um cenário de incertezas, as diferentes percepções públicas e os valores culturais hegemônicos baseados em progresso, crescimento econômico e consumo sem limites que induzem pessoas e sociedades inteiras a um caminho na contramão do que indicam as pesquisas científicas (Lima; Layrargues, 2014).

Nesse quadro, uma proposta intercultural e intercientífica como a desenvolvida pelo IEB sinaliza caminhos de como abordar o tema das mudanças climáticas pela via da educação, por meio de uma perspectiva de gênero. Como vimos, a proposta combina princípios e posturas sólidas do ponto de vista pedagógico e metodológico. Dentre eles destaca-se a educação afetiva, baseada na escuta, que foi o caminho para criar uma relação de respeito e confiança entre as envolvidas no programa.

O processo de tradução entre mundos e conhecimentos é complexo e não há fórmulas de como fazê-lo. Um dos limites do diálogo intercultural e intercientífico pode ser a incomensurabilidade teórica e metodológica entre as diferentes culturas e ciências, visível na ausência de uma linguagem compartilhada. Um risco ao tentar estabelecer pontes entre

sistemas de conhecimento a partir de temas igualmente complexos como as mudanças do clima é transformar o conhecimento indígena em conteúdo sobre o tema, isto é, esvaziar as formas próprias de produção de conhecimento em favor de informações que atestam ou ilustram localmente o que o conhecimento técnico científico dos “brancos” já afirma sobre as mudanças climáticas. Se soma a esse cenário o desafio dos papéis de gênero dentro e fora das comunidades. Esses elementos concorrem para o quadro de injustiça socioambiental e cognitiva para os povos e as mulheres indígenas. Para lidar com esses desafios, a escuta e da rede de afetos foi fundamental para fortalecer as mulheres e lhes inspirar confiança frente aos desafios de suas comunidades. Daí a importância da diversidade de ambientes educativos e da constância da rede durante todo o processo de preparo, realização e reflexão da pesquisa.

Em síntese, o programa “Entre Parentas” se mostra pioneiro e inovador no âmbito da produção de ciência indígena com ênfase no recorte de gênero, destacando o conhecimento e relação entre as mulheres indígenas e a terra, e sua capacidade de produzir ciências fundamentais ao combate às mudanças climáticas. Através da criação de uma rede afetiva, de respeito, diálogo e confiança, estão construindo uma forma própria de estabelecer essa ponte entre culturas, sistemas de conhecimento e perspectivas de gênero. Ao trazer essa experiência, esperamos que esse trabalho possa inspirar outras pesquisas e outras perguntas na interface mudanças climáticas e educação desde uma perspectiva de gênero centrada na atuação de mulheres indígenas como pesquisadoras do tema.

Referências

BANIWA, Braulina Aurora. Mulheres e território: reflexão sobre o que afeta a vida das mulheres indígenas quando os direitos territoriais são ameaçados. **Vukápanavo: Revista Terena**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 165-170, 2018.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. **Territórios Indígenas são os mais preservados do país**. Meio Ambiente. Ministério dos Povos Indígenas, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Dia Internacional da Biodiversidade: cerca de 80% da biodiversidade mundial encontra-se em Terras Indígenas**. Fundação Nacional dos Povos Indígenas, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dia-internacional-da-biodiversidade-cerca-de-80-da-biodiversidade-mundial-encontra-se-em-terras-indigenas>. Acesso em: 15 maio 2024.

Mudanças climáticas e educação: a experiência “entre parentas” de formação de mulheres indígenas como pesquisadoras do clima

CHAVES, Kena Azevedo. Corpo-território, reprodução social e cosmopolítica: reflexões a partir das lutas das mulheres indígenas no Brasil. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona: Universitat de Barcelona, v. 25, n. 4, p. 51-71, 2021. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/32707>. Acesso em: 28 fev. 2024.

ESCOBAR, Arturo. Território de diferença: as ontologias políticas do “direito ao território”. **ClimaCom Cultura Científica - Pesquisa, Jornalismo e Arte - Territórios**, [S. l.], v. 03, n. 06, p. 31 - 45, 2016. Disponível em: https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/territorios-de-diferenca-a-ontologia-politica-dos-direitos-ao-territorio/#_edn1. Acesso em: 06 abril 2024.

HIDALGO MUNHOZ, Rachel Aline; RUIZ GOULART, Ana Lúcia; SANTANA DOS SANTOS, Rita Silvana. Mulheres, clima e agenda 2030: narrativas verbais-imagética para não deixar ninguém para trás. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 140–167, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/12354>. Acesso em: 15 mar. 2024.

ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade. **Como é trabalhar com biodiversidade no país mais biodiverso do mundo?** Equipe ICLEI fala sobre os desafios e oportunidades de trabalhar no país mais biodiverso do mundo. 2021. Disponível em: <https://americadosul.iclei.org/como-e-trabalhar-com-biodiversidade-no-pais-mais-biodiverso-do-mundo/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL. Na semana do Dia Internacional da Mulher, o IEB lança uma formação voltada para mulheres indígenas: é o Entre Parentas. **lieb.org.br**, Brasília, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://iieb.org.br/noticias/na-semana-do-dia-internacional-da-mulher-o-ieb-lanca-uma-formacao-voltada-para-mulheres-indigenas-e-o-entre-parentas/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL. **Entre Parentas**: Carta das Mulheres Indígenas do sul do Amazonas em defesa do Bem Viver, da diversidade e da vida no planeta. **lieb.org.br**, Brasília, 13 set. 2023. Disponível em: <https://iieb.org.br/noticias/entre-parentas-carta-das-mulheres-indigenas-do-sul-do-amazonas-em-defesa-do-bem-viver-da-diversidade-e-da-vida-no-planeta/>. Acesso em: 04 set. 2024.

JACOBI, Pedro Roberto; GUERRA, Antonio Fernando S.; SULAIMAN, Samia Nascimento; NEPOMUCENO, Tiago. Mudanças climáticas globais: a resposta da educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 135-148, 2011.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOROL, Claudia.; FLORES, Luiza Dias. Feminismo Comunitário de Iximulew-Guatemala: Diálogos com Lorena Cabnal. **Hawò**, Goiânia, v. 2, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/hawo/article/view/71609>. Acesso em: 17 abr. 2024.

LIMA, Gustavo Ferreira. da Costa; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Mudanças climáticas, educação e meio ambiente: para além do conservadorismo dinâmico. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 3, p. 73-88, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155032909006>. Acesso em: 20 maio 2023.

LITTLE, Paul E. Prólogo. Os conhecimentos tradicionais no marco da intercientificidade. In: Paul E. Little. **Conhecimentos tradicionais para o século XXI: etnografias da intercientificidade**. São Paulo: Annablume, 2010.

MARA MIRANDA, Cynthia; FERNANDES BARROSO, Milena. Mulheres na Amazônia: lutas em defesa de seus corpos-territórios. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 2, p. 1-12, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/92873>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MELO, Maycon; SILVA, Fabrício Brito; SANTOS FILHO, Osias de Oliveira. Conhecimento Indígena, sistema de manejo e mudanças ambientais na região de transição Amazônia-Cerrado. **Desenvolvimento e Meio ambientes**, [S. l.], v. 59, p. 1-22, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/72964>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MESQUITA, Erika. Mudanças climáticas e a cosmovisão Ashaninka. **ClimaCom Cultura Científica - Pesquisa, Jornalismo e Arte**, v. 2, p. 1-11, 2015. Disponível em: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/mudancas-climaticas-e-a-cosmovisao-ashaninka-3/>. Acesso em: 30 nov. 2025.

OLIVEIRA, Alessandro. Conhecimentos e políticas indígenas sobre as mudanças do clima. **Revista COLETIVA**, [S. l.], v.27, p.1-10, 2020. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-emergencia-climatica-n27-artigo-conhecimentos-e-politicas-indigenas-no-clima>. Acesso em: 28 fev. 2024.

PENA, Mariela. Movimientos socio-territoriales y cuerpos-memoria: un abordaje desde la narrativa autobiográfica de una lideresa campesino-indígena. **Polis**, [S. l.], v. 21, n. 62, p. 167-185, set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/polis/v21n63/0718-6568-polis-21-63-167.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, [S. l.], n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

TAMAIÓ, Irineu. **Educação Ambiental & Mudanças Climáticas: diálogo necessário num mundo em transição**. Série EducAtiva. Ministério do Meio Ambiente. Departamento de Educação Ambiental: MMA, 2013. p. 1-104.

SILVA, Adson Manoel Bulhões da. A alma feminina e a representação das amazonas: A alma feminina e o imaginário da Amazônia. In: TORRES, Iraildes Caldas (org.). **Gênero, Violência Culturais e Interculturalidade na Amazônia: epifanias e novos olhares de pesquisa**. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2023. p. 19-73.

VIANNA, Maria Daniela de Araújo. Mulheres, crise climática e COP27: o protagonismo feminino sob a lente da justiça climática. **Organicom**, [S. l.], v. 19, n. 40, p. 90-110, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/206653>. Acesso em: 28 fev. 2024.

VALE, Sineia Bezerra do; OLIVEIRA, Alessandro Roberto de. (org.). **Amazad Pana’adinhan: percepções das comunidades indígenas sobre as mudanças climáticas – Região Serra da Lua/RR**. Boa Vista: Conselho Indígena de Roraima, 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso, planejamento e métodos**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2001.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (ed.). **Educação intercultural hoje na América Latina: concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2009. p. 12-44.

Notas

¹ Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) 80% de toda a biodiversidade mundial está dentro de territórios indígenas. Já o Brasil abriga a maior biodiversidade do mundo (ICLEI, 2021), e aproximadamente 13% do território brasileiro é Terra Indígena (TI) demarcada, o que representa 19% do total da vegetação nativa do país. Nos últimos 38 anos, a perda vegetal em TIs foi de apenas 1%, em contraste com a devastação de 17% em áreas privadas no país (Brasil, 2023).

² Ferramenta encontrada em plataformas de busca de dados em que conectivos-chave como E, OU e NÃO, são utilizados para articular as relações entre as palavras-chave. Sendo o E o operador que conecta palavras-chave nos resultados, o OU alterna a presença entre duas palavras-chave e o NÃO exclui os resultados que apresentem a palavra-chave ligada a ele.

³ Escolhemos restringir a pesquisa o trabalho do IEB, tratar diretamente das perspectivas das mulheres indígenas teria outras implicações éticas e metodológicas que não estavam no alcance e escopo da nossa pesquisa.

⁴ Na busca pela combinação “mulheres indígenas” OU “mulher indígena” E “mudanças climáticas” OU “meio ambiente”: Periódicos CAPES surgiram 15.828 resultados, sendo 7.154 em português; SciELO houve 58 resultados, 23 em português com origem no Brasil; Google Acadêmico houve 7.880 resultados, sendo 7.730 em português. Com a combinação “mulheres” OU “gênero” E “clima”: Periódico CAPES houve 32.114 resultados, 15.432 em português; SciELO houve 417 resultados, 34 em português com origem no Brasil; Google Acadêmico houve 15.900 resultados, 15.800 em português. Na última combinação que foi “indígenas” E “clima”: Periódicos CAPES com 86 resultados, 27 em português; SciELO com 67 resultados, sendo 8 em português com origem no Brasil; Google Acadêmico com 25.900 resultados, sendo 16.400 em português.

⁵ A iniciativa promovida pelo IEB conta com o apoio da USAID/Brazil em parceria com a Partnership for the Conservation of Amazon Biodiversity (PCAB), além da Operação Amazônia Nativa (OPAN), e outras 8 organizações indígenas da região do Sul do Amazonas. São elas: Associação do Povo Indígena Jiahui (APIJ), Associação do Povo Indígena Tenharim Morõgitá (APITEM), Associação do Povo Indígena Tenharin do Igarapé Preto (APITIPRE), Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas (OPIPAM), Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira (OPIAM), Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi (OPIAJ), Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi de Boca do Acre - Amazonas (OPIAJBAM) e Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (FOCIMP) (PCAB, 2021).

⁶ Para informações sobre esse grupo de trabalho ver: <https://generoeclima.oc.eco.br/>.

Sobre os autores

Alicia Silva Uchôa Correia

Graduada de pedagogia na Universidade de Brasília. Foi bolsista de Iniciação Científica durante os anos de 2021 e 2022. Voluntária no projeto de extensão do IREL/UnB Mahsisé, que tem como objetivo oferecer aulas de inglês para os estudantes indígenas da UnB, no segundo semestre de 2022. Bolsista do Programa de Residência Pedagógica da CAPES. Coordenadora de aulas do projeto de extensão Mahsisé no primeiro semestre de 2024.

Email: alicia.uchoa1@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0946-5184>

Alessandro Roberto de Oliveira

Professor Adjunto no Departamento de Teoria e Fundamentos da Faculdade de Educação na Universidade de Brasília. Atua no Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT) e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UnB). Possui doutorado em Antropologia Social pela UnB e realizou estágio de pós-doutorado no Programa de Antropologia e Educação do Instituto de Ciências Antropológicas na Universidade de Buenos Aires - UBA (2023-2024). Suas pesquisas abordam os seguintes temas: conhecimentos ecológicos tradicionais e gestão territorial e ambiental em terras indígenas, cognição e ambientes de aprendizagem, interculturalidade e justiça cognitiva na educação.

Email: alessandrooliveira@unb.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4390-2883>

Recebido em: 02/10/2024

Aceito para publicação em: 18/11/2025